

https://farid.ps/articles/how_britain_and_the_un_caved_to_terrorism/pt.html

Como o Reino Unido e a ONU Cederam ao Terrorismo

A criação de Israel como um estado soberano e sua admissão como membro das Nações Unidas (ONU) em 1949 marcaram um ponto de virada na história do século XX, impulsionado por uma mistura volátil de diplomacia, geopolítica e violência. No cerne desse processo estavam as ações de grupos extremistas sionistas, particularmente o Irgun e o Lehi, cujos atos de violência extrema — agora classificados como terrorismo pelos padrões modernos — desempenharam um papel crucial em pressionar o Reino Unido a abandonar o Mandato da Palestina e forçar a ONU a reconhecer Israel. Este artigo argumenta que o Reino Unido e a ONU, sobrecarregados por essas campanhas violentas, efetivamente cederam ao terrorismo sionista ao aceitar a condição de estado de Israel, apesar de sua conformidade apenas parcial com as condições da ONU, incluindo o plano de partição, os direitos dos refugiados e as obrigações de direitos humanos. O artigo examina o compromisso do Mandato Britânico de proteger os direitos dos palestinos, as táticas dos grupos sionistas para encerrar o domínio britânico, as condições para o reconhecimento de Israel pela ONU e a subsequente não conformidade e violações de direitos humanos que acompanharam a expansão territorial de Israel.

O Mandato Britânico e Suas Obrigações para com os Palestinos

O Mandato Britânico para a Palestina, formalizado pela Liga das Nações em 1922, era uma estrutura legal encarregada de administrar o antigo território otomano enquanto o preparava para a autogovernação. Ele incorporava a Declaração Balfour de 1917, que obrigava o Reino Unido a facilitar “o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu”, enquanto garantia que “nada deveria ser feito que pudesse prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes”. Com uma população da Palestina de cerca de 90% árabes (muçulmanos e cristãos) e 10% judeus no início dos anos 1920, proteger os direitos dos palestinos era uma obrigação central.

As principais disposições do Mandato para os palestinos incluíam a proteção de seus direitos civis e religiosos, a garantia de que a imigração judaica não prejudicasse sua posição, o respeito às suas instituições religiosas e a garantia de liberdade de consciência, culto e educação sem discriminação. O Reino Unido era obrigado a relatar anualmente à Liga das Nações para assegurar a responsabilização. No entanto, os objetivos duais do Mandato — apoiar um lar nacional judeu enquanto protegia os direitos dos palestinos — provaram-se irreconciliáveis. A imigração judaica aumentou de 60.000 em 1917 para 600.000 em 1947, e as compras de terras alimentaram os temores árabes de deslocamento. As tentativas britânicas de criar uma governação compartilhada, como um conselho legislativo, fracassa-

ram devido a boicotes árabes e preocupações judaicas com o status de minoria, escalando as tensões.

Violência Extremista Sionista: Uma Campanha de Terrorismo

Organizações sionistas, impulsionadas pelo objetivo de um estado judeu, tornaram-se militantes na década de 1940, especialmente após o Livro Branco de 1939, que limitava a imigração judaica a 75.000 em cinco anos e previa um estado palestino unitário. O Irgun, liderado por Menachem Begin, e o Lehi, conhecido como Gangue Stern, adotaram a violência extrema para tornar o governo britânico insustentável, atacando alvos militares, civis e diplomáticos em atos que atendem às definições modernas de terrorismo. Seu objetivo era um "Grande Israel" que incluísse toda a Palestina sob mandato, incluindo a Cisjordânia e a Transjordânia, rejeitando compromissos como o plano de partição da ONU.

Principais Atos de Violência

1. Alvos Militares:

- Em fevereiro de 1946, o Irgun e o Lehi destruíram 15 aviões e danificaram oito em aeródromos britânicos, enfraquecendo o controle militar.
- Em julho de 1947, o Irgun sequestrou e enforcou os sargentos britânicos Clifford Martin e Mervyn Paice em retaliação a membros executados, chocando a opinião pública britânica e destacando a brutalidade do conflito.

2. Infraestrutura Civil:

- Em junho de 1946, a Haganah, o Irgun e o Lehi destruíram nove das onze pontes que conectavam a Palestina aos países vizinhos, isolando a região e interrompendo a logística britânica.
- Em julho de 1946, o Irgun bombardeou o Hotel King David em Jerusalém, quartel-general administrativo britânico, matando 91 pessoas (41 árabes, 28 britânicos, 17 judeus), enfraquecendo gravemente a administração.

3. Ataques a Civis:

- O Irgun bombardeou mercados árabes em Haifa e Jerusalém, matando dezenas e intensificando as tensões comunitárias, criando medo generalizado.
- Em abril de 1948, o Irgun e o Lehi massacraram mais de 100 moradores palestinos, incluindo mulheres e crianças, em Deir Yassin, desencadeando a fuga em massa de palestinos e agravando a crise de refugiados.

4. Ataques a Propriedades Britânicas no Exterior:

- Em outubro de 1946, o Irgun bombardeou a embaixada britânica em Roma com 40 quilos de TNT, ferindo duas pessoas e danificando o prédio, com Ze'ev Epstein, associado de Begin, entre os perpetradores.
- Em agosto de 1947, o Irgun detonou bombas em malas no quartel-general britânico no Hotel Sacher, em Viena, causando danos leves, mas reforçando o impacto propagandístico.

5. Assassinatos de Altos Funcionários:

- Em novembro de 1944, o Lehi assassinou Lord Moyne, ministro britânico para o Oriente Médio, no Cairo, sinalizando desafio à autoridade britânica.
- Em setembro de 1948, o Lehi matou o mediador da ONU Folke Bernadotte em Jerusalém, opondo-se ao seu plano de partição revisado, que reduzia o território judeu e enfatizava o retorno dos refugiados.

Táticas Adicionais

- **Imigração Ilegal (Aliyah Bet):** A Agência Judaica, com apoio do Irgun e do Lehi, organizou a imigração ilegal, trazendo dezenas de milhares de refugiados judeus para a Palestina. O incidente do SS Exodus em julho de 1947, quando a Grã-Bretanha deportou à força 4.515 refugiados para a Europa, tornou-se uma vitória propagandística que prejudicou a reputação britânica.
- **Campanha de Propaganda:** Grupos sionistas retrataram a política britânica como antisemita, explorando a simpatia pelo Holocausto, especialmente nos EUA, para pressionar as relações anglo-americanas.
- **Apoio Financeiro:** O United Jewish Appeal arrecadou 150 milhões de dólares em 1947, metade para a Palestina, financiando esforços de resistência.

Essas ações criaram um ambiente ingovernável, com danos econômicos estimados em 2 milhões de libras e centenas de vítimas britânicas, sobrepondo uma Grã-Bretanha exausta pela guerra.

Rendição Britânica: Cedendo ao Terrorismo

A decisão do Reino Unido de abandonar o Mandato, anunciada em fevereiro de 1947 e concluída em 14 de maio de 1948, foi impulsionada pela pressão implacável da violência sionista e por restrições mais amplas. Após a Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido enfrentava uma dívida de 3 bilhões de libras e dependia de empréstimos americanos. Manter 100.000 soldados na Palestina, custando milhões anualmente, era insustentável em meio às demandas domésticas por reconstrução. A opinião pública britânica, cansada da guerra e das perdas, virou-se contra o Mandato, com a mídia retratando a Palestina como um pântano. A pressão dos EUA para aceitar 100.000 refugiados judeus e o apoio soviético à partição enfraqueceram ainda mais a posição britânica.

A violência do Irgun e do Lehi, especialmente incidentes de alto perfil como o bombardeio do Hotel King David e o Caso dos Sargentos, desmoralizou as forças britânicas e erodiu a vontade política. Esses atos terroristas, ao criar caos e medo, contribuíram diretamente para a incapacidade britânica de governar. Ao remeter a questão para a ONU, o Reino Unido reconheceu que não podia gerenciar a violência ou reconciliar as obrigações contraditórias do Mandato, cedendo efetivamente ao extremismo sionista enquanto falhava em sua obrigação de proteger os direitos dos palestinos.

Reconhecimento e Filiação à ONU: Condições e Capitulação

A ONU, como sucessora da Liga das Nações, herdou a questão da Palestina em 1947. Sua resposta moldou a condição de estado e a filiação de Israel, mas o processo foi fortemente influenciado pelo contexto violento criado pelos grupos sionistas.

O Plano de Partição da ONU e a Condição de Estado de Israel

Em novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 181, propondo a divisão da Palestina em um estado judeu (56%) e um estado árabe (43%), com Jerusalém internacionalizada. A Agência Judaica aceitou o plano, vendo-o como um caminho para a condição de estado, enquanto os líderes árabes o rejeitaram, opondo-se a qualquer estado judeu. Em 14 de maio de 1948, quando o Mandato terminou, Israel proclamou sua independência, citando a Resolução 181. A subsequente Guerra Árabe-Israelense expandiu o território de Israel para 78% da Palestina sob mandato através dos Acordos de Armistício de 1949, superando a alocação da ONU.

Condições para a Filiação à ONU

Israel alcançou a filiação à ONU em 11 de maio de 1949 através da Resolução 273 (III), com 37 votos a favor, 12 contra (principalmente estados árabes) e 9 abstenções. A admissão dependia de:

- **Conformidade com a Carta da ONU:** Israel prometeu respeitar os princípios da Carta, incluindo a resolução pacífica de disputas e o respeito aos direitos humanos.
- **Resolução 181 (Plano de Partição):** A declaração de Israel e as declarações da ONU confirmaram a aceitação do plano de partição, embora suas fronteiras expandidas fossem tacitamente aceitas como uma realidade de guerra.
- **Resolução 194 (Direitos dos Refugiados):** O Artigo 11 exigia o retorno ou compensação dos refugiados palestinos. Israel expressou disposição para negociar, mas se opôs ao retorno em larga escala por razões de segurança e demográficas.
- **Obrigações de Direitos Humanos:** Esperava-se que Israel cumprisse as normas emergentes de direitos humanos, incluindo não discriminação e direitos das minorias.

A decisão da ONU foi influenciada por:

- **Violência Sionista:** O assassinato do mediador da ONU Folke Bernadotte pelo Lehi em 1948, em oposição ao seu plano de partição revisado, destacou a rejeição radical de compromissos. Embora o governo de Israel tenha condenado o ato, ele sublinhou o contexto instável.
- **Apoio Geopolítico:** Os EUA e a União Soviética apoiaram a admissão de Israel para contrabalançar a influência um do outro e abordar preocupações humanitárias pós-Holocausto.
- **Pragmatismo:** A ONU reconheceu o controle de fato de Israel sobre o território expandido, priorizando a estabilidade em vez da aplicação estrita das fronteiras da Resolução 181.

Ao aceitar Israel, a ONU cedeu à realidade moldada pelo terrorismo sionista, que forçou a retirada britânica e criou um fait accompli através de ganhos militares. As condições, embora formalmente aceitas por Israel, foram frouxamente aplicadas, permitindo que Israel evitasse a conformidade total.

Não Conformidade de Israel e Violações de Direitos Humanos

A filiação de Israel à ONU foi baseada em compromissos com as resoluções da ONU e os direitos humanos, mas suas ações demonstraram uma significativa não conformidade, acompanhada de expansão territorial e violações de direitos humanos.

Não Conformidade com as Condições da ONU

1. Resolução 181 (Plano de Partição):

- As fronteiras de Israel em 1949 cobriam 78% da Palestina sob mandato, muito mais do que os 56% alocados pela Resolução 181. Áreas como a Galileia ocidental e partes do Neguev foram incorporadas por conquista, sem a criação de um estado árabe.
- Essa falha em implementar totalmente o plano de partição alimentou queixas árabes e minou o arcabouço da ONU.

2. Resolução 194 (Direitos dos Refugiados):

- Israel bloqueou o retorno de cerca de 700.000 refugiados palestinos deslocados em 1948, apesar da Resolução 194 exigir repatriação ou compensação. A Lei de Propriedade de Ausentes de 1950 transferiu terras de refugiados para a posse judaica, priorizando o controle demográfico.
- A crise de refugiados tornou-se uma pedra angular do conflito árabe-israelense, com milhões permanecendo apátridas em campos na Jordânia, Líbano e Síria.

3. Carta da ONU e Direitos Humanos:

- O governo militar de Israel sobre sua minoria árabe (1948–1966) restringiu liberdades civis, incluindo movimento e expressão política, violando os princípios de não discriminação. Leis de terras discriminatórias e alocação desigual de recursos marginalizaram os cidadãos palestinos.
- Essas práticas enraizaram desigualdades sistêmicas, contrárias aos compromissos de direitos humanos da Carta da ONU.

Expansão Territorial

As ambições de Israel ultrapassaram as linhas de armistício de 1949:

- Em 1956, Israel ocupou a Península do Sinai durante a Crise de Suez, retirando-se sob pressão da ONU, mas sinalizando tendências expansionistas.
- Na Guerra dos Seis Dias de 1967, Israel capturou a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental e as Colinas de Golã, ocupando os 22% restantes da Palestina sob mandato. A anexação de Jerusalém Oriental e a expansão de assentamentos viola-

ram o direito internacional, incluindo a proibição da Quarta Convenção de Genebra sobre a transferência de colonos para territórios ocupados.

- Até 2025, mais de 700.000 colonos israelenses vivem na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, apoiados por políticas estatais, reforçando a ocupação e deslocando palestinos.

Violações de Direitos Humanos

As ações de Israel nos territórios ocupados constituem violações documentadas de direitos humanos:

- **Deslocamento e Demolição de Casas:** Milhares de casas palestinas foram demolidas para a expansão de assentamentos ou por razões punitivas, violando os direitos à moradia e à propriedade.
- **Restrições de Movimento:** Postos de controle, a barreira da Cisjordânia e o bloqueio de Gaza restringem a mobilidade palestina, afetando o acesso a empregos, saúde e educação, violando a liberdade de movimento.
- **Uso Excessivo de Força e Detenção:** Operações militares e detenções administrativas, frequentemente sem julgamento, levaram a mortes de civis e prisões arbitrárias, violando o devido processo e o direito à vida.
- **Discriminação Sistêmica:** Relatórios descrevem as políticas de Israel como apartheid, citando segregação, direitos desiguais e discriminação sistêmica contra palestinos em Israel e nos territórios ocupados.

Essas violações, impulsionadas pela prioridade de Israel ao controle territorial e à dominância demográfica judaica, contrastam fortemente com as condições da ONU para sua filiação, particularmente as obrigações de direitos humanos e de refugiados.

Conclusão

Grupos extremistas sionistas como o Irgun e o Lehi, por meio de atos terroristas — visando aeródromos militares, infraestrutura civil, populações árabes, propriedades britânicas no exterior e assassinando oficiais como Moyne e Bernadotte — forçaram o Reino Unido a abandonar o Mandato da Palestina. Essas ações, explorando as fraquezas britânicas pós-guerra, tornaram a governação impossível, levando ao envolvimento da ONU. A ONU propôs o plano de partição de 1947 e admitiu Israel como membro em 1949, condicionado ao cumprimento da Carta da ONU, dos direitos humanos, da Resolução 181 e dos direitos dos refugiados. Ao aceitar a condição de estado de Israel, apesar de suas fronteiras expandidas e conformidade limitada, o Reino Unido e a ONU cederam à realidade moldada pelo terrorismo sionista. A subsequente não conformidade de Israel — mantendo territórios além do plano de partição, bloqueando o retorno de refugiados e cometendo violações de direitos humanos por meio da ocupação e dos assentamentos — minou seus compromissos com a ONU, prolongando o conflito palestino e deixando os direitos dos palestinos não cumpridos.